

Fisco continua a violar garantias dos contribuintes

Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

■ «Não podemos defender comportamentos contrários à lei»

Tiago Caiado Guerreiro, advogado fiscalista

■ «Estamos num País de Terceiro Mundo nesta matéria»

Marcelo Castro, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

■ «Preocupam-nos muito os direitos dos contribuintes, sobretudo o direito à igualdade fiscal!»

ANA CLARA

SÃO várias as queixas e abusos alegadamente cometidos pelo Fisco nos últimos anos. Apesar de a máquina fiscal estar mais oleada, segundo alguns, a verdade é que, a forma como o Estado tem levado a cabo o objectivo «quase cego» de arrecadação de receita tem posto em causa alguns daqueles que são os direitos e liberdades de muitos contribuintes.

A verdade é que têm sido recorrentes queixas de muitos cidadãos contra a Administração Fiscal (AF) que a acusam de arbitrariedades e abusos. **Domingues de Azevedo**, presidente da Câmara dos Técnicos

Oficiais de Contas (CTOC), **Tiago Caiado Guerreiro**, advogado fiscalista, e **Marcelo Castro**, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, analisam a «O DIABO» os eventuais abusos que têm sido cometidos pelo Fisco contra os contribuinte e apontam soluções para salvaguardar direitos elementares.

«Não há um verdadeiro contraditório»

Para o advogado fiscalista, **Tiago Caiado Guerreiro**, a Administração Fiscal «aumentou a eficiência» bem como «tem hoje um modelo melhor



«Qualquer dia criamos uma sociedade de escravos que trabalha para uns quantos beneficiários», diz Tiago Caiado Guerreiro

de organização». Já em termos de discurso e acção para fora qualifica-a como sendo «um pouco agressiva» já que «os trabalhadores são pressionados para atingir objectivos, violando permanentemente os direitos mais elementares dos contribuintes».

Lembra que em 2000 «havia um equilíbrio, com a manutenção das garantias dos contribuintes. Só que desde essa altura até 2008, essas mesmas garantias desapareceram todas, e há um desequilíbrio total na forma como a Administração Fiscal exerce o poder que tem».

«Na Lei Geral Tributária e nos vários Códigos de 2000 a 2008 foram retiradas todas as garantias dos contribuintes. Um dos grandes aumentos de receita fiscal que se verificou durante este período deve-se pura e simplesmente a um aumento da eficiência mas, ao mesmo tempo, retiraram tantas garantias aos contribuintes que grande parte da receita fiscal resulta exactamente da perda de garantias dos contribuintes», esclarece, lembrando que «é uma forma que no curto/médio prazo resulta, mas depois a médio/longo prazo suscita dúvidas».

Tiago Caiado Guerreiro diz quais as garantias que, em seu entender, estão ameaçadas: «não há um verdadeiro contraditório; os meios para suspender uma acção da Administração não existem em que a pessoa é considerada culpada até provem o contrário; depois provar em tribunal tornou-se muito mais difícil; por outro lado, sempre que há uma inspecção tributária e que eles corrigiam um determinado valor, o contribuinte só teria de pagar ou prestar a garantia após ser condenado por um tribunal no caso de recorrer e não antes».

Além disso, sublinha, «há inúmeros casos em que quando as inspecções são feitas e são corrigidos os montantes às empresas/ pessoas sem qualquer tipo de fundamento legal, o Fisco impõe que se pague ou então as pessoas/empresas têm que prestar garantia bancária. Caso contrário, penhoram-lhe os bens». «Não há, desta forma, qualquer tipo de Justiça, e estamos perante uma

Marcelo Castro, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

«Hoje existe mais justiça fiscal mas ainda há um longo caminho a percorrer»

■ **O DIABO — Como avalia a acção da administração fiscal nos últimos três anos?**

MARCELO CASTRO — O trabalho desenvolvido pela Administração Fiscal nos últimos anos tem de ser considerado como verdadeiramente histórico. Temos sido um exemplo como um serviço público pode ser moderno, capaz e eficiente. Um exemplo como funcionários públicos podem ser motivados a exercer as suas funções com brio e mérito. Depois os resultados surgiram, com muito esforço, invisível para fora, de onze mil pessoas.

Há quem considere que, apesar do reforço de meios, tecnológicos, sobretudo, há sinais preocupantes de actuações abusivas sobre os contribuintes. Na sua opinião elas existem?

O sucesso da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos não se baseia apenas no reforço de meios tecnológicos, ao mesmo tempo que se informatizava o fisco rejuvenesciam-se os seus quadros. Em 10 anos entraram cerca de 4000 novos funcionários e mesmo assim reduzimos os nossos quadros em cerca de 3500. A função do Fisco nunca será considerada simpática, sobretudo por quem pensa que

pode não cumprir. Reduzimos sem dúvida as actuações abusivas de quem quer teimar em não pagar impostos como a grande maioria dos portugueses paga.

As penhoras automáticas, na sua opinião, constituem uma forma eficiente para cobrar dívidas fiscais? Isso não é uma machadada em alguns direitos dos contribuintes?

A automatização e informatização do processo de execução fiscal representou um sucesso. Permitiu-nos atingir níveis de eficiência e eficácia insuspeitáveis. Esta enorme massificação levou ao surgimento de erros que motivaram muitas críticas. Como em qualquer processo produtivo, industrial ou de serviços, o desenvolvimento de escalas pode criar problemas de controlo de qualidade. Estamos a trabalhar nesse aspecto, para que os erros diminuam e não se tornem numa diminuição dos direitos dos contribuintes.

Na sua opinião, hoje, os contribuintes estão mais desprotegidos? Quais são as grandes preocupações nesta matéria?

Os não contribuintes estão sem dúvidas mais desprotegidos. Diminuiu a protecção que lhes permitia defraudar os portugueses

não pagando os impostos devidos. Preocupam-nos e muito os direitos dos contribuintes, sobretudo um que poucos se recordam em defender: o direito à igualdade fiscal!

A máquina fiscal hoje é mais eficiente, na sua opinião?

Em 2005 realizamos cerca de 60 mil penhoras, em 2007 mais de 800 mil. O aumento da nossa eficiência pode ser verificado em todos indicadores que analisarmos. Mas o nosso sucesso reside também no aumento de eficácia do Fisco. Em face desse aumento fomos responsáveis desde 2003 na diminuição do défice em 1,5 por cento. A grande vitória tem sido o desenvolvimento de uma cultura de cumprimento fiscal. Hoje existe mais justiça fiscal mas ainda há um longo caminho a percorrer.



A.C.



«**Não houve uma avaliação dos riscos e das consequências de determinados comportamentos, quando tudo era simples**», defende Domingues de Azevedo

inversão de todos os princípios», acrescenta.

O grande problema dos abusos sobre os contribuintes passa, segundo o fiscalista, pelo facto de «a AF ser pressionada para funcionar por objectivos, que é algo inaceitável. Uma função de um estilo de soberania não funciona por objectivos, funciona por critérios de justiça. Isto é, corrige-se quem deve imposto, não nos viramos para uma pessoa que não deve imposto e arranja-se maneira de aumentar a receita». «Porque isso é o que fazem os Estados que não têm lei e que não são Estados de Direito. Nesta matéria parece que estamos num País de Terceiro Mundo», sublinha.

Afirma ainda que «Portugal não sairá da estagnação económica enquanto não se descer a pressão fiscal e não acabarem com a discricionariedade. As pessoas têm receio de investir já que nunca sabem o que vai acontecer, não sabem como enquadrar as situações. Enquanto não tratarem os contribuintes com respeito e criarem um sistema que premeie a criação de riqueza e quem mais trabalha, nada mudará».

Quem, por outro lado, «faz actividades ilícitas ou faz o que quer que seja nunca é condenado por tribunal nenhum. É uma deformação. É por isso que estamos sempre em estagnação e recessão».

Por fim, **Tiago Caiado Guerreiro** teme que aconteça em Portugal o que acontece com todos os Estados de África. «Portugal está numa situação difícil e isto vai piorar. E enquanto não criarem um sistema atractivo do investimento do trabalho e controlarem a despesa pública, vão aumentar os impostos até que depois comecem a dar-se revoltas fiscais, que é o que acontece historicamente nos países todos. E isso vai acontecer. Já acon-

oposição e de quem vive do Estado — passa por «*haver uma clivagem entre quem vive do Estado, gasta mais, constrói mais e ganham todos desse bolo*».

«Qualquer dia criamos uma sociedade de escravos que trabalha para uns quantos beneficiários», conclui.

«Fisco descurou alguns procedimentos»

Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, começa por dizer que a Administração Fiscal «recebeu de mão beijada — porque não acreditava no processo nem nas propostas que a CTOC propôs quanto à desmaterialização das declarações fiscais — um novo modo e maneira de comunicar a informação para cujo o funcionamento não estava devidamente preparada».

E a partir daí, sublinha, o Fisco «descurou também alguns procedimentos que são normais e viu-se com um manancial de informação

para chegar objectivamente até aos contribuintes de forma expedita, fácil, barata, e quase sem custos, que não cuidou de avaliar as consequências e os efeitos colaterais da utilização a qualquer maneira desses mesmos meios que passaram a estar ao seu dispor».

Domingues de Azevedo refere que a Administração Tributária, no seu relacionamento com os contribuintes, «tem que ter procedimentos e formas de actuação que não sejam contrários à lei e que não descuidem os direitos que os contribuintes têm no tratamento e na execução do processo fiscal». E exemplifica: «assistimos a situações em que, por exemplo, vimos a AF a penhorar uma conta de 100 mil euros para pagar 2000 euros. É um absurdo e não sentido nenhum».

Realça que «não houve uma avaliação dos riscos e das consequências de determinados comportamentos, quando tudo era simples». «Todos nós, que estamos integrados numa sociedade organizada, queremos que os nossos direitos seja

garantidos e quanto mais a AF for actuante com regras e equilibrada, melhor para todas as partes. Não podemos defender, de modo nenhum, comportamentos contrários à lei», defende.

O presidente da CTOC lembra ainda a necessidade que existe de «humanizar ou de compreender a situação humana do devedor do imposto sem que, no entanto, seja descurada a natureza da própria exigência». «Tem existido uma dose bastante significativa de insensibilidade para os efeitos e para as razões que, por vezes, possam estar na origem dos incumprimentos dos contribuintes nessas temáticas», acrescenta, lembrando que «é esse sentimento de humanização que era importante ter na medida do possível, sem ser necessário sacrificar a exigência».

E finaliza: «a falta de cultura fiscal por parte do contribuinte leva depois a que se legitimem alguns comportamentos perfeitamente injustificáveis e injustos por parte da AF em relação aos contribuintes».

Há ouro no Algarve?

Empresa pediu autorização para prospecções na Serra de Monchique. Autarca de Monchique diz que há um interesse encapotado para explorar outros minérios

ANA CLARA

UMA empresa de prospecção mineira quer avaliar a existência de ouro na Serra de Monchique, no Algarve. A câmara admite que se trate de um pedido encapotado para explorar outros minérios



«**Oponho-me totalmente a qualquer tipo de exploração a céu aberto**», avisa **Carlos Tuta**, presidente da Câmara

O enigma esconde-se debaixo do pulmão do Barlavento algarvio. «Haverá ouro no maciço da Serra de Monchique?» A pergunta é relançada numa altura em que a empresa Empreendimentos Mineiros e Participações, Lda., aguarda autorização da Direcção-Geral de Energia e Geologia para fazer prospecções em Aljezur, Portimão e Monchique.

O presidente da Câmara de Monchique, **Carlos Tuta**, diz a «O DIABO» que «durante anos houve várias prospecções e ninguém descobriu quaisquer vestígios de ouro. Terão descoberto sim imenso feldspato (de boa qualidade) e alumínio».

O edil refere que esta solicitação da empresa Empreendimentos Mineiros e Participações, Lda. trata-se de um pedido encapotado para explorar outros minérios: «julgo que o interesse é novamente o feldspato pois devido à sua pureza é considerado “ouro branco”, muito bom para a indústria cerâmica, e, mau para o ambiente (exploração a céu aberto) e mau para o turismo algarvio em geral».

Carlos Tuta acrescenta ainda que na zona em causa já «houve prospecção de outro tipo» mas não esclarecendo qual.

Afirma que desconhece qual o interesse da empresa em causa mas, seja ele qual for, opõe-se «totalmente a qualquer tipo de exploração a céu aberto».



Na linguagem da geologia o maciço da Serra de Monchique tem 75 milhões de anos e uma riqueza mineral que se prende à origem vulcânica

Contactada por «O DIABO», fonte oficial da Direcção-Geral de Energia e Geologia, diz que o pedido de prospecção e pesquisa na serra de Monchique «está ainda na fase inicial de tramitação não sendo ainda possível prever a data e o sentido da decisão».

«Como se trata de um pedido de área de prospecção e pesquisa, em que os estudos a desenvolver são de carácter regional (recolha de amostras de solo e respectivas análises químicas e mineralógicas, geofísica e electromagnética e talvez sondagens), caso venha a ser autorizado, não vai haver quaisquer reflexos no terreno», acrescenta.

Por outro lado, informa ainda, «o principal alvo do pedido, que é uma anomalia geofísica, situa-se integralmente no concelho de Aljezur, sendo muito pouco provável que se desenvolvam estudos no terreno fora deste concelho».

Maciço com 75 milhões de anos

Na linguagem da geologia o maciço da Serra de Monchique tem apenas 75 milhões de anos e uma riqueza mineral que se prende à origem vulcânica. Além disso está a ser objecto de uma tese de doutoramento na universidade do Algarve, onde se investiga o potencial mineralógico. O próximo passo do projecto da Universidade do Algarve será uma sondagem a 600 metros de profundidade para desvendar mais um pouco o potencial mineralógico do maciço de Monchique. «O DIABO» tentou contactar a empresa Empreendimentos Mineiros e Participações, Lda., mas até ao fecho desta edição não foi possível obter qualquer esclarecimento sobre este assunto.